

Apresentação

Dossiê:

Interpelando las políticas sociales: dimensiones teórico-metodológicas, éticas e ideológicas de los modelos de protección social en el Siglo XXI



Em outubro de 2010, realizou-se em Toronto, no Canadá, o XXIX Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association/Associação de Estudos Latino-Americanos). Fez parte da vastíssima programação desse evento a mesa-redonda “*Interpelando las políticas sociales: dimensiones teórico-metodológicas, éticas e ideológicas de los modelos de protección social en el Siglo XXI*”, que contou com a participação de pesquisadores de diversos países latino-americanos e foi fruto de uma iniciativa da *Red Iberoamericana para el Estudio de Políticas Sociales*. Boa parte das discussões que então ocorreram consta do dossiê que ora vem a público. Os autores buscam apresentar aqui não apenas textos correspondentes às exposições iniciais ocorridas naquela oportunidade, mas a elas incorporar também suas reflexões resultantes das intervenções feitas pelos demais presentes.

Assim sendo, este dossiê proporciona aos leitores da presente edição de *Textos & Contextos* parte do panorama das inquietações existentes entre pesquisadores latino-americanos acerca da Política Social na contemporaneidade.

Os autores que ocupam estas páginas trabalham com perspectivas teóricas diversas e voltam-se para diferentes objetos de investigação, compondo, assim, um leque variado de tendências na abordagem da Política Social. Apesar disso, a proposta da mesa-redonda de que participaram partiu de alguns pressupostos comuns. Dentre eles, cabe destacar a consciência de que estamos cada vez mais distantes do Estado de Bem-Estar Social e das políticas sociais tal como se desenvolveram nos países capitalistas centrais, no segundo pós-guerra. Podemos, mesmo, dizer, em relação ao caso brasileiro, em particular, que parte da experiência social-democrata europeia que aqui chegava tardiamente, graças ao disposto na Constituição Federal de 1988, foi em grande parte solapada, na prática, com a colocação em prática do ideário neoliberal. Em referência a um contexto mais amplo, cabe mencionar a postura dos chamados “organismos internacionais”, postura essa que, entre outras coisas, passou a estar informada por enfoques marcados por uma *dupla redução*: de um lado, a consideração da questão social como algo que se reduz à pobreza (o que, por sua vez, leva a uma acentuada fragilização dos direitos sociais e, mesmo, à extinção de vários deles); de outro, a redução da política social ao enfrentamento da pobreza. Na verdade, trata-se de algo ainda mais grave: tem-se como suficiente, segundo esse modo de pensar, o alívio da pobreza extrema, mediante políticas focalizadas e assistencialistas. É óbvio que não cabem, aí, perguntas sobre a capacidade de tais políticas de lidar com a *produção social da pobreza e da desigualdade*. Estamos, pois, diante de um *empobrecimento das políticas sociais* e de *pobres políticas de enfrentamento da pobreza*.

A proposta da mesa-redonda, como evidencia seu próprio título, foi exatamente *interpelar* tais políticas — formular perguntas críticas que é necessário dirigir a seus desenhos, impactos e resultados, além de questionar os supostos de pobreza, de cidadania e de direitos que lhes são subjacentes.

Tais questionamentos mostram-se de todo *atuais*, não apenas na América Latina, mas igualmente em grande parte do centro do capitalismo, embora (e isso deve ficar claro) este último não seja o objeto dos artigos contidos no presente dossiê. Em diversos países capitalistas centrais, nos últimos tempos,

vêm sendo adotadas medidas ditas de “austeridade” e que, a pretexto de superar a crise que irrompeu em 2008, jogam todo seu ônus sobre os ombros dos trabalhadores e de outros segmentos não dominantes da população, mediante o corte de gastos públicos até então voltados ao atendimento de parte de suas necessidades, suprimindo-se, assim, direitos sociais. O que temos, pois, é que, num momento histórico em que as ações do Estado na esfera social mostram-se mais indispensáveis — as taxas de desemprego entre os jovens, por exemplo, têm sido elevadíssimas —, o aparato estatal desresponsabiliza-se, de forma crescente, da atuação nesse campo. Guardadas as devidas proporções, poder-se-ia dizer, no que toca às dimensões daquela desresponsabilização: o centro imita a periferia.

Como já mencionado, a mesa-redonda da qual resulta este dossiê foi proposta pela *Red Iberoamericana para el Estudio de Políticas Sociales*. Essa rede surgiu por iniciativa de um grupo de pesquisadores de diversas nacionalidades, cuja primeira reunião ocorreu no IV Congresso Latino-Americano de Ciência Política, promovido pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) e realizado em San José, na Costa Rica, em agosto de 2008. Desde então, ela vem promovendo várias atividades e publicações acadêmicas, bem como incentivando a participação de seus filiados em congressos e similares, em diversos países.

Em agosto de 2009, durante um evento promovido pela rede — o *Primer Workshop Internacional “Particularismo y universalismo en las políticas sociales: el caso de la educación”*, realizado na província de Buenos Aires (Argentina), sob os auspícios da Universidad Nacional de General Sarmiento, que o sediou, e a Universidad Autónoma del Estado de México —, a existência da *Red Iberoamericana para el Estudio de Políticas Sociales* foi oficializada. Contando, hoje, com a participação de pesquisadores da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Espanha, do México, do Peru, de Portugal, do Uruguai e da Venezuela, seu objetivo principal é propiciar um espaço de trabalho acadêmico compartilhado por pesquisadores ibero-americanos que, a partir de diferentes disciplinas e de diversos enfoques, voltem-se ao estudo das políticas sociais. A rede propõe-se fomentar intercâmbios com outras instituições acadêmicas, organizações humanitárias e da sociedade civil, instituições internacionais e governos nacionais e locais.

Por fim, cabe uma breve apresentação dos artigos que compõem este dossiê.

O trabalho de Valeria Llobet e Alberto Minujin analisa as concepções de pobreza infantil do ponto de vista tanto do estado da arte quanto em sua vinculação com as transferências condicionadas de renda, as quais, aliás, constituem, hoje, um dos traços mais marcantes das políticas sociais. Revisando algumas das principais características dessas transferências, bem como as críticas que lhes são dirigidas, os autores abordam os desafios e os riscos que elas enfrentam como forma de lidar com a pobreza de crianças e adolescentes no âmbito latino-americano, em particular no que tange à garantia e à proteção de direitos. Mostram que, apesar das múltiplas considerações segundo as quais a conceituação de pobreza subjacente àquelas transferências é mais abrangente do que outras de caráter estritamente monetário, tal conceituação deixa de contemplar aspectos centrais da particularidade da experiência infantil de pobreza e desigualdade.

Também o artigo de Constanza Tabbush aborda as transferências condicionadas de renda, mas fazendo-o por outro viés. A preocupação central é discutir as novas formas de pensar a proteção social na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, tratando do caso particular do Chile. Para tanto, toma como exemplo as transferências condicionadas de renda postas em marcha naquele país. O objetivo da autora é analisar como essa forma de proteção apela à participação das mulheres como meio de superação da pobreza. Embora tal política valha-se de uma visão multidimensional dessa condição social, coloca as mulheres como responsáveis por alcançar o bem-estar de todos os membros das moradias. A autora mostra que o cenário chileno constitui exemplo extremo da extensão das responsabilidades individuais das mulheres na gestão da pobreza.

O trabalho de Izildo Corrêa Leite, por sua vez, aborda um desdobramento de uma das várias tendências hegemônicas nas políticas sociais na contemporaneidade capitalista: a refilantropização no trato da questão social, sendo as práticas correspondentes vistas como um “dever de cidadania”. Em

decorrência disso, e em consonância com a desresponsabilização do Estado naquele trato, surge uma cisão da cidadania, na esfera social: em segmentos socioeconômicos mais elevados, exerce-se uma cidadania protagonista — ações ou programas sociais não estatais, tidos como em prol dos pobres e movidos por um significado específico de solidariedade —, enquanto que aos pobres cabe uma “cidadania passiva” — receber e desfrutar o que lhes é concedido graças a tais ações ou programas. O autor busca mostrar que essa situação contrapõe-se à universalização dos direitos sociais e contribui para a reprodução das desigualdades.

Já o artigo de Liberio Victorino Ramirez, com vistas a explicar as idéias de desenvolvimento e tratar das mudanças nas políticas sociais no século XXI — como estratégias para interpelar as políticas sociais, em geral, e aquelas voltadas à educação, em particular —, coloca-se uma indagação: como avançar em direção a um novo modelo de geração e apropriação de conhecimento que não fragmente a realidade enquanto objeto de investigação? Para responder a esse questionamento, o autor compara duas visões de mundo: a neoevolucionista e a construtivista, mostrando que, no caso do segundo paradigma, elabora-se uma proposta para interpelar, adequar e reinterpretar as novas políticas sociais na América Latina, sobretudo aquelas voltadas à geração e apropriação de conhecimentos.

A todos(as), boas e proveitosas leituras!

Izildo Corrêa Leite
Novembro de 2011